



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

TERMO DE REFERÊNCIA N° 046/2026

Processo Administrativo Interno nº 1211/2026 ID 108143.

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a aquisição de solução corporativa de segurança avançada para proteção de dispositivos finais, compreendendo computadores, notebooks e servidores da Administração Municipal, com recursos de prevenção, detecção e resposta a incidentes (EDR – Endpoint Detection and Response), destinada a atender às necessidades de segurança da informação, continuidade dos serviços públicos e proteção do ambiente tecnológico municipal.

A contratação compreenderá o fornecimento de licenciamento da solução pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, incluindo disponibilização da plataforma de gerenciamento centralizado, instalação, configuração inicial, suporte técnico especializado, atualizações, manutenção e demais serviços necessários ao pleno funcionamento da solução. Também deverá ser assegurada a compatibilidade com a infraestrutura tecnológica existente, bem como o monitoramento contínuo do ambiente protegido e a correta operacionalização dos recursos de segurança previstos.

Para fins de dimensionamento da contratação, estima-se atualmente a necessidade de proteção de aproximadamente 600 (seiscentos) endpoints ativos, sendo 590 (quinhentos e noventa) desktops e 10 (dez) servidores. Contudo, considerando a necessidade de reserva técnica para expansão do ambiente tecnológico, substituição de equipamentos, novas instalações e crescimento futuro da infraestrutura municipal, a contratação contemplará o quantitativo total de até 800 (oitocentos) endpoints licenciados, incluindo 200 (duzentas) licenças adicionais de contingência e reserva operacional.

A solução deverá operar em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, observando as boas práticas de segurança da informação e os requisitos aplicáveis da Lei nº 13.709/2018, garantindo proteção adequada aos dados e informações tratados pela Administração Pública Municipal.

A contratação será custeada com recursos próprios do Município, conforme disponibilidade orçamentária e financeira da Administração Municipal.



**MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

1.1. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTD.
01	<p>PROTEÇÃO DE DISPOSITIVOS</p> <p>Solução corporativa de segurança avançada para proteção de dispositivos finais, compreendendo computadores, notebooks e servidores, com recursos de prevenção, detecção e resposta a incidentes (EDR Endpoint Detection and Response).</p> <p>A solução deverá operar por meio de agente único instalado nos equipamentos protegidos, com arquitetura de instalação leve e baixo consumo de recursos de processamento e memória, de forma a não impactar significativamente o desempenho dos dispositivos.</p> <p>Deverá possuir console de gerenciamento centralizado, permitindo administração remota, monitoramento contínuo e visibilidade completa do ambiente protegido.</p> <p>Entre suas funcionalidades mínimas, a solução deverá contemplar:</p> <ul style="list-style-type: none">- Monitoramento e telemetria de eventos de segurança em tempo real;- Tecnologias de análise comportamental e aprendizado de máquina (Machine Learning) para identificação de ameaças avançadas, incluindo ataques Zero-Day e ataques sem arquivo (Fileless);- Correlação de eventos de segurança para identificação de atividades suspeitas e incidentes complexos;- Isolamento remoto de equipamentos comprometidos;- Encerramento remoto de processos maliciosos;- Mecanismos de remediação e suporte à restauração de arquivos afetados por ransomware;	SV	800





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

	<p>- Geração de relatórios técnicos e gerenciais.</p> <p>A solução deverá possuir compatibilidade com o framework internacional MITRE ATT&CK, possibilitando melhor análise e classificação de técnicas de ataque.</p> <p>Deverá ainda atender às boas práticas de segurança da informação e aos requisitos aplicáveis da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD) no tratamento de dados.</p> <p>O licenciamento deverá contemplar período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, incluindo atualizações da solução, suporte técnico especializado e manutenção durante todo o período contratual.</p> <p>A solução deverá disponibilizar documentação técnica e manuais de utilização em língua portuguesa.</p> <p>A disponibilização da plataforma deverá ocorrer em até 10 (dez) dias após a formalização da contratação.</p>		
--	---	--	--

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 155, de 30 de março de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados da sua publicação, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que são produtos com características e padrões de desempenho definíveis de forma objetiva.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de plataforma corporativa de proteção avançada para endpoints, abrangendo atualmente aproximadamente 600 (seiscentos) dispositivos ativos do Município de Cerejeiras, sendo 590 (quinhentos e noventa) desktops e 10 (dez) servidores, com cobertura integral das secretarias e unidades administrativas. Considerando a necessidade de expansão futura, substituição de equipamentos, novas instalações e manutenção de reserva



MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

técnica operacional, a contratação contemplará o quantitativo total de 800 (oitocentos) endpoints licenciados, incluindo 200 (duzentas) licenças adicionais destinadas à contingência e crescimento do ambiente tecnológico municipal.

A ferramenta deverá operar de forma centralizada, permitindo gerenciamento unificado, aplicação padronizada de políticas de segurança, monitoramento contínuo e geração de relatórios técnicos e gerenciais para apoio à tomada de decisão. A solução deverá contemplar mecanismos modernos de prevenção, detecção e resposta a incidentes (EDR), utilizando tecnologias como análise comportamental, inteligência artificial e aprendizado de máquina, capazes de identificar ameaças conhecidas e desconhecidas, inclusive ataques de ransomware e tentativas de exploração de vulnerabilidades. Deverá possibilitar resposta automatizada a incidentes, isolamento de dispositivos comprometidos, rastreabilidade de eventos e suporte à investigação técnica, garantindo maior resiliência ao ambiente tecnológico municipal.

O escopo da contratação deverá incluir a disponibilização das licenças necessárias, atualizações automáticas, suporte técnico especializado durante toda a vigência contratual e compatibilidade com a infraestrutura existente, assegurando desempenho adequado sem comprometer a produtividade dos usuários. A solução deverá permitir escalabilidade futura, acompanhando a evolução do parque tecnológico municipal e garantindo continuidade operacional das atividades administrativas.

Sob o aspecto normativo, a implementação deverá contribuir para o fortalecimento da governança em segurança da informação e para o atendimento às exigências da Lei nº 13.709/2018, garantindo a adoção de medidas técnicas aptas a proteger dados pessoais e sensíveis tratados pela Administração Pública.

De forma integrada, a solução visa assegurar a continuidade dos serviços públicos, reduzir riscos operacionais, proteger o patrimônio informacional do Município e promover maior estabilidade, eficiência e segurança ao ambiente tecnológico institucional.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de fortalecimento da segurança da informação no âmbito do Município de Cerejeiras, considerando o cenário atual de riscos cibernéticos e as ocorrências já registradas no ambiente tecnológico municipal em razão da ausência de solução corporativa adequada de proteção contra ameaças digitais.

O parque tecnológico municipal é composto por aproximadamente 600 (seiscentos) equipamentos de informática, entre computadores (estações de trabalho), notebooks e





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

servidores, distribuídos nas diversas Secretarias e unidades administrativas. A inexistência de ferramenta corporativa com recursos avançados de proteção contribuiu para a exposição do ambiente a códigos maliciosos, ocasionando instabilidades operacionais, comprometimento de arquivos e indisponibilidade temporária de sistemas internos, com impacto direto na continuidade dos serviços públicos.

O cenário atual de segurança cibernética é marcado pelo aumento significativo de ataques sofisticados, como ransomware, ataques direcionados e ameaças persistentes avançadas (APTs), os quais não são adequadamente mitigados por soluções antivírus tradicionais baseadas exclusivamente em assinaturas. Nesse contexto, torna-se tecnicamente indispensável a adoção de solução que contemple recursos avançados de prevenção, detecção e resposta a incidentes (EDR – Endpoint Detection and Response), incluindo monitoramento centralizado, análise comportamental, resposta automatizada, isolamento remoto de equipamentos comprometidos e geração de relatórios para auditoria e rastreabilidade.

Sob o aspecto legal, a contratação encontra respaldo na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), que impõe à Administração Pública o dever de adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais e dados sensíveis sob sua responsabilidade, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social e arrecadação tributária. A ausência de controles de segurança compatíveis com o grau de risco envolvido pode ensejar responsabilização administrativa, civil e judicial, além de danos reputacionais ao Município.

A medida também se fundamenta nos princípios da eficiência, planejamento e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, considerando que a solução proposta representa alternativa tecnicamente adequada e proporcional aos riscos identificados, garantindo melhor relação custo-benefício à Administração Pública.

Diante do exposto, a contratação de solução corporativa de proteção de equipamentos de informática com recursos avançados de prevenção, detecção e resposta a incidentes revela-se medida técnica indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos, preservar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações institucionais, mitigar riscos operacionais e garantir conformidade legal.

3.3. A contratação não consta no Plano de Contratações Anual considerando o agravamento do cenário de crimes cibernéticos e à necessidade urgente de adequação à LGPD detectada após o planejamento inicial. Trata-se de uma medida corretiva e estratégica para evitar danos maiores e garantir a segurança do ambiente tecnológico da rede municipal.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

3.4. A presente contratação foi previamente autorizada pela autoridade competente.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que fornece ou já forneceu quaisquer produtos/serviços de tecnologia da informação.

4.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

4.3. Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

4.4. Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

4.5. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

4.6. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante;

4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (NR);

4.8. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação.

4.9. Declaração de enquadramento em regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP);

4.10. Declaração de Inidoneidade;

5. REQUISITOS LEGAIS

5.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

6. REQUISITOS TEMPORAIS

6.1 A disponibilização da plataforma deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos após a formalização da contratação, incluindo liberação de acesso à console de gerenciamento, ativação das licenças e disponibilização dos recursos necessários para início da implantação.

6.2 A instalação e configuração da solução nos dispositivos do Município deverão ser executadas de forma gradual e planejada, observando cronograma previamente definido, sem





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

causar interrupções relevantes nas atividades administrativas e operacionais das secretarias e unidades municipais.

6.3 O licenciamento da solução deverá possuir vigência mínima de 36 (trinta e seis) meses, contemplando atualizações contínuas, manutenção corretiva, suporte técnico especializado e pleno funcionamento durante todo o período contratual.

6.4. Os atendimentos técnicos e suporte operacional deverão ocorrer em prazo compatível com a criticidade do ambiente, garantindo resposta célere em casos de falhas, indisponibilidades ou incidentes de segurança.

6.5. Deverá ser compatível com os seguintes sistemas operacionais e plataformas de virtualização:

Microsoft Windows 10 ou superior

Microsoft Windows 11

Microsoft Windows Server 2016 ou superior

Linux, incluindo as distribuições: Ubuntu, Red Hat Enterprise Linux (RHEL), CentOS, SUSE/openSUSE e Debian, com Kernel 2.6.38 ou superior.

6.6. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados da sua publicação, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REQUISITOS DE EXECUÇÃO, GARANTIA E SUPORTE TECNICO

7.1. Requisitos de execução

7.1.1. A execução contratual deverá contemplar a disponibilização, ativação e funcionamento integral da solução nos equipamentos abrangidos pela contratação, observando compatibilidade com a infraestrutura tecnológica do Município. A implantação deverá ocorrer de forma planejada e sem prejuízo à continuidade das atividades administrativas das secretarias e unidades municipais.

7.1.2. A contratada deverá realizar as configurações necessárias para o correto funcionamento da plataforma, garantindo gerenciamento centralizado, monitoramento contínuo e operacionalização adequada dos recursos de segurança previstos. Também deverá disponibilizar documentação técnica e orientações necessárias para utilização da solução pela equipe responsável do Município.

7.2. Requisitos De Garantia

7.2.1. A solução deverá possuir garantia de funcionamento durante toda a vigência contratual, assegurando estabilidade, disponibilidade e atualização contínua dos mecanismos de proteção.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

Durante o período contratado, a contratada deverá garantir correções de falhas, atualização das funcionalidades, atualização das bases de proteção e manutenção necessária ao pleno desempenho da plataforma.

7.2.2. A garantia deverá abranger o funcionamento regular das licenças, da console de gerenciamento e dos recursos de prevenção, detecção e resposta a incidentes, sem custos adicionais para a Administração Municipal.

7.3. Requisitos De Assistência Técnica

7.3.1. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado durante toda a vigência contratual, para atendimento de dúvidas, falhas operacionais, indisponibilidades e incidentes relacionados à solução contratada.

7.3.2. O atendimento deverá ocorrer por canais de comunicação adequados, incluindo suporte remoto, devendo os chamados técnicos serem registrados e acompanhados até sua efetiva resolução. A assistência técnica deverá assegurar atendimento em prazo compatível com a criticidade do ambiente tecnológico municipal, minimizando riscos de indisponibilidade e impactos às atividades da Administração Pública.

7.4. REQUISITOS DE SUPORTE TÉCNICO

7.4.1. Instalação e Configuração Inicial

A CONTRATADA deverá realizar a instalação, configuração e ativação inicial da solução, incluindo a implantação do gerenciador central e configuração de até 5 (cinco) computadores indicados pela CONTRATANTE, garantindo o pleno funcionamento da plataforma no ambiente tecnológico municipal.

7.4.2. Treinamento Standard On-line

A CONTRATADA deverá disponibilizar treinamento básico em formato on-line, destinado à capacitação dos servidores indicados pela CONTRATANTE quanto à utilização da solução, acesso à console de gerenciamento, monitoramento de eventos, emissão de relatórios e procedimentos operacionais básicos.

7.4.3. Abertura de Chamados e SLA

Os chamados técnicos deverão ser registrados por meio do sistema equivalente disponibilizado pela CONTRATADA, permitindo acompanhamento integral das ocorrências. A CONTRATADA deverá garantir SLA máximo de até 4 (quatro) horas para resposta inicial aos chamados abertos pela CONTRATANTE.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

7.4.4. Base de Conhecimento

A CONTRATADA deverá disponibilizar treinamento em formato on-line, destinado à capacitação dos servidores indicados pela CONTRATANTE, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, abrangendo no mínimo os seguintes conteúdos: utilização da solução, acesso e navegação via console de gerenciamento, monitoramento de eventos e alertas, emissão e interpretação de relatórios, procedimentos de resposta a incidentes e operações básicas de remediação. O treinamento deverá ser disponibilizado para até 5 (cinco) servidores indicados pela CONTRATANTE, com emissão de certificado de conclusão ao final.

7.4.5. Suporte por Acesso Remoto

Em casos de falhas, incidentes ou necessidade de suporte técnico, a CONTRATADA deverá prestar atendimento remoto para realização de diagnóstico, análise, configuração e resolução de problemas relacionados à solução contratada.

7.4.6. Atendimento via WhatsApp

A CONTRATADA deverá disponibilizar canal oficial de atendimento via WhatsApp para suporte técnico e comunicação operacional, visando maior agilidade no atendimento e melhor interação com a equipe responsável da CONTRATANTE.

7.4.7. Health Check Trimestral

A CONTRATADA deverá realizar 1 (um) Health Check trimestral da solução, contemplando análise de funcionamento, desempenho, conformidade das configurações, verificação de políticas aplicadas e apresentação de recomendações técnicas para melhoria contínua do ambiente protegido.

7.4.8. Consultoria Técnica

A CONTRATADA deverá disponibilizar, a cada chamado, no mínimo 2 (duas) horas de consultoria técnica especializada, destinadas ao apoio em parametrizações, ajustes operacionais, revisão de políticas ou orientações relacionadas à utilização da solução, durante toda a vigência contratual.

7.4.9. Atendimento Emergencial

A CONTRATANTE terá direito a atendimento emergencial em situações críticas que comprometam a segurança ou disponibilidade do ambiente tecnológico, devendo a CONTRATADA disponibilizar atendimento prioritário com o primeiro analista técnico disponível para atuação imediata.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

7.4.10. Implementação Remota

A CONTRATADA deverá prestar auxílio remoto na implementação dos endpoints abrangidos pela contratação, incluindo criação de políticas, parametrizações, configurações operacionais e demais ajustes necessários para garantir o pleno funcionamento da solução no ambiente da CONTRATANTE.

8. REQUISITOS EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

8.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que fornece ou já forneceu quaisquer produtos/serviços de tecnologia da informação.

9. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

9.1. O fornecimento de serviços está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviços (OS) ou empenho ou requisição emitido pela Contratante.

9.2. A OS ou empenho ou requisição indicará o tipo de serviço, a quantidade e a localidade na qual os produtos deverão ser entregues.

9.3. O andamento do fornecimento das licenças deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

9.4. Subcontratação

9.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

a) Fica vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

b) A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do Contrato.

10. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

10.1. São obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

10.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens ou Nota de Empenho, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

10.1.3. Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

10.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

10.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

10.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto licitado;

10.2. São obrigações do CONTRATADO:

10.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

10.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

10.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

10.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

10.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. Rotinas de Execução – Do Encaminhamento Formal de Demandas

11.1.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) / Ordem de Serviços (OS) ou Nota de Empenho para a entrega dos itens desejados.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

11.1.2. O contratado deverá fornecer as licenças com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB ou Nota de Empenho.

11.1.3. O recebimento provisório e definitivo das licenças é disciplinado em tópico próprio deste TR.

11.2. Forma de Execução e Acompanhamento do Contrato – Condições de Entrega:

11.2.1. Em conformidade com o item 6 e seus subitens.

11.3. Formas de transferência de conhecimento

11.3.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

11.4. Procedimentos de transição e finalização do contrato

11.4.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

11.5. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

11.5.1. Cada OFB/OS ou Nota de Empenho conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

11.6. Mecanismos formais de comunicação

11.6.1. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

11.6.1.1. Ordem de Fornecimento de Bens/Ordem de Serviço ou Nota de Empenho;

11.6.1.2. Ata de Reunião;

11.6.1.3. Ofício;

11.6.1.4. Sistema de abertura de chamados;

11.6.1.5. E-mails.

11.7. Formas de pagamento

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a disponibilização, ativação e regular funcionamento das licenças, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização contratual, em conformidade





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

com o cronograma de desembolso financeiro do Município. O pagamento será realizado por meio de crédito em conta bancária de titularidade da contratada, desde que constatado o cumprimento integral das obrigações contratuais previstas.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. Fiscalização

12.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.6. Fiscalização Administrativa

12.6.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas em lei, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.6.1.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

12.7. Gestor do Contrato





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

12.7.1. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas em lei, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.7.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.7.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.7.4. O gestor do contrato emitirá, quando necessário, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.7.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

12.7.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12.8. Critérios de Aceitação

12.8.1. A avaliação da qualidade do objeto entregue, para fins de aceitação, consistirá na verificação do atendimento aos seguintes critérios:





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

- a) Disponibilização e ativação regular das licenças contratadas dentro do prazo estabelecido;
- b) Funcionamento adequado da solução nos equipamentos contemplados pela contratação;
- c) Compatibilidade com a infraestrutura tecnológica do Município;
- d) Disponibilidade da console de gerenciamento centralizado e acesso administrativo pela equipe responsável;
- e) Execução correta das funcionalidades de monitoramento, detecção e proteção dos endpoints;
- f) Disponibilização de suporte técnico, atualizações e manutenção durante a vigência contratual;
- g) Entrega da documentação técnica e manuais de utilização em língua portuguesa;
- h) Atendimento aos requisitos de desempenho, estabilidade e segurança previstos no Termo de Referência;
- i) Conformidade com as exigências relacionadas à proteção de dados e segurança da informação, observadas as disposições da Lei nº 13.709/2018.

12.8.2 Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

12.9. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

12.9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.9.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- i) fraudar a licitação
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- k) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- l) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- m) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- n) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- o) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

12.9.3. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.9.4. Na aplicação das sanções serão considerados:





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.9.5.1. Para as infrações previstas no “**item 12.9.1, alínea a**” e item “**12.9.2, alíneas a, b, c, d, e, f, g**”, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

12.9.5.2. Para as infrações previstas no “**item 12.9.2, alíneas h, i, j, k, l, m, n, o**”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

12.9.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.9.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no item “**12.9.1, alínea a**” e “**item 12.9.2, alíneas a, b, c, d, e, f, g**”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no “**item 12.9.2, alíneas h, i, j, k, l, m, n, o**”, bem como pelas infrações administrativas previstas no item “**12.13.1, alínea a**” e “**item 12.9.2, alíneas a, b, c, d, e, f, g**” que justifiquem a imposição de penalidade mais





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no “**item 12.9.2, alíneas f, g**”, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.9.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.9.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.9.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.9.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

13.1. Recebimento do Objeto





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

13.1.1. As licenças serão recebidas provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.1.2. As licenças poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, em caso de eventual prorrogação do recebimento definitivo, fica automaticamente prorrogado o prazo de pagamento dos materiais entregues.

13.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.2. Liquidação

13.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

13.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

13.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público.

13.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

13.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.2.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

13.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.3. Forma de Pagamento

13.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

13.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.3.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.4. Antecipação de Pagamento

13.4.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

14.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

14.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

14.1.2. O regime de execução do contrato será por menor preço por lote.

14.2. Da Aplicação da Margem de Preferência

14.2.1. Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:

14.2.1.1. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro verificará se há empate entre as Licitantes que declararam em campo próprio do sistema, que se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, e as demais licitantes, conforme Lei Complementar nº 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar 147/2014.

14.2.1.2. Após etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta (fase de negociação) diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtido um melhor preço, bem assim decidir sobre sua aceitação, podendo a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.2.1.3. Fica assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, o qual ocorrerá de forma automática pelo sistema.

14.2.1.4. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

14.2.2. Para efeito do disposto no “**item 14.2.1.3**”, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

14.2.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada como menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances;

14.2.2.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do “**item 14.2.1.3**”, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

14.2.2.3. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, a convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

14.2.2.4. O disposto no “**item 14.2.1.3**”, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

14.2.2.5. Ocorrendo a situação prevista no “**item 14.2.1.3**”, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena preclusão.

14.2.3. Critério de desempate;

a) 1º Preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O valor total dessa contratação é de R\$ 204.760,00 (duzentos e quatro mil e setecentos e sessenta reais), conforme custos unitários apostos no quadro de cotações (anexo no Processo 1211/2026).

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos Próprios.

16.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ficha: 484

Unidade: 020501 - GABINETE DO SECRETARIO

Funcional: 04.122.0005.2009.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Turismo

Classificação: 3.3.90.40.00 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICACAO - PJ

Fonte de Recurso: 2.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Cerejeiras, 26 de maio de 2026.





MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

Elaborado por,

Bruna Maciel dos Santos

Decreto Nº 084/2026

Assessor de Departamento

Nathielly Amaral Silva

Decreto Nº 116/2025

Assessora de Departamento

Dieferson Costa da Silva

Decreto N.º 164/2023

Coordenador/Gestão de Tecnologia da Informática

Aprovo,

Maria Eunice Barbosa

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Decreto nº 007/2025





Município de Cerejeiras

04.914.925/0001-07
Rua Florianópolis
www.cerejeiras.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	Nº 046/2026	26/05/2026

ID: 874208	Processo	Documento
CRC: BFCD050A		
Processo: 1-1211/2026		
Usuário: Bruna Maciel dos Santos		
Criação: 26/05/2026 08:20:23	Finalização: 26/05/2026 08:20:24	

MD5: 2146E9EAB5D78CD54DFAEE7D4A57A6EE
SHA256: 639AC550B922C6EBCF1EB0346235233B4439C20B01E120DF9D956AA72BDD820C

Súmula/Objeto:

Termo de Referência

INTERESSADOS

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	CEREJEIRAS	RO	26/05/2026 08:20:23
--	------------	----	---------------------

ASSUNTOS

ANTIVIRUS	26/05/2026 08:20:23
-----------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Nathielly Amaral Silva	ASSESSOR DE DEPARTAMENTO	26/05/2026 08:25:19
--	------------------------	--------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.

	Maria Eunice Barbosa	Secretária Mun. de Administração e Planejamento	26/05/2026 08:40:49
--	----------------------	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.

	Bruna Maciel dos Santos	Assessor de Departamento	26/05/2026 08:46:24
--	-------------------------	--------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.

	Dieferson Costa da Silva	Coordenador/Gestão de Tecnologia da Informática	26/05/2026 12:04:59
--	--------------------------	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.cerejeiras.ro.gov.br informando o ID 874208 e o CRC BFCD050A.